

## O Executivo não quer votar a LDO-2007

*Só com mobilização poderá haver aumento de verbas para a Educação Pública*

Na última quinta-feira, 10/8/06, o Fórum das Seis foi informado de que o Executivo e seus aliados na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) haviam tomado a deliberação política de sabotar, definitivamente, a votação da LDO-2007. A desculpa apresentada ataca, institucionalmente, a Alesp, declarando-a incompetente para decidir sobre as diretrizes orçamentárias. Ao mesmo tempo, alega ter parecer jurídico — altamente discutível — de que, na ausência de deliberação da Alesp sobre a LDO-2007, o Executivo pode enviar seu projeto de Lei Orçamentária, com base apenas na sua própria proposta de LDO, que nem chegou a ser discutida pelo plenário da Alesp. É semelhante à dissolução branca do Legislativo, feito *manu militari*, pela Ditadura Militar de triste memória!

Na realidade, o Executivo e seus aliados na Alesp vêm bloqueando sistematicamente o debate e a apresentação de emendas à sua proposta de LDO. Violaram acordo de ampliação de prazo para apresentação de emendas, de modo que muitos deputados não puderam contribuir com as suas sugestões. E, ainda mais grave, o bloqueio realizado por essas forças impossibilitou que emendas oriundas das cerca de 50 audiências pú-

blicas ocorridas sobre a LDO fossem apresentadas à consideração do Legislativo, num flagrante desrespeito à população do Estado de São Paulo.

No caso da Educação Pública, resistem à ampliação do investimento na Educação Básica, nas universidades estaduais e no Centro Paula Souza. Desejam impor para as universidades estaduais a manutenção dos 9,57% da quota-parte do Estado do ICMS, estrangulando a capacidade

instalada de alguns dos maiores centros de ensino, pesquisa e extensão do país.

Essas diretrizes políticas do Executivo, num só movimento, atacam o pacto republicano e aprofundam a desmoralização do Legislativo, enquanto continuam a promover o desmantelamento dos serviços públicos essenciais, como Educação e Saúde, tornando letra morta esses direitos sociais inalienáveis de cidadania.

### Pressão na Alesp

Tendo em vista a realização de reunião da Comissão de Finanças e Orçamento e do Colégio de Líderes da Alesp na terça-feira, 15/8, a partir das 13h30, o Fórum das Seis está convocando professores, estudantes e funcionários da USP, Unesp, Unicamp e do Centro Paula Souza para comparecerem à Alesp, com a finalidade expressa de pressionar deputados, líderes de partidos e a presidência da

Alesp para discutir e votar a LDO-2007, e para que o texto aprovado contemple as emendas de aumento significativo do investimento em Educação Pública em todos os níveis.

Que fique claro a cada um de nós: nossa presença na Alesp no dia 15 tem a finalidade de obter o compromisso dos deputados de discutir e atender nossas reivindicações, que nada mais são do que a defesa de direitos sociais da população paulista.

Em paralelo a esta providência, o Fórum das Seis emitiu ofício para cada um dos deputados estaduais, indagando sobre seu posicionamento acerca de nossas reivindicações, incluindo a redução drástica de isenção e perda de receita fiscal programada (8,4% da receita potencial de ICMS), colocada pelo Executivo no Anexo de Metas Fiscais, que é aprovado juntamente com a LDO-2007.

O prazo para resposta dos deputados é dia 18/8/06. Um alerta aos senhores deputados, às lideranças partidárias e à presidência da Alesp: utilizaremos todos os meios legítimos ao nosso dispor para divulgar amplamente, durante todo o período eleitoral, quem contribui com a Educação Pública no Estado de São Paulo — e quem é seu inimigo.

## Comissão Técnica discute ICMS

*Comissão de Isonomia será instalada no dia 17/8*

Tendo em conta os indicadores macro-econômicos, o desempenho da arrecadação do ICMS está muito aquém do que deveria. O problema não está nestes indicadores, mas sim na sonegação e na renúncia fiscal de cerca de 8,7% da arrecadação potencial, já noticiada no *Informativo AduSP* 218 (26/7/06). No ano de 2006, isto corresponde a cerca de R\$ 3,5 bilhões, ou seja, dinheiro suficiente para manter, por um ano, a USP, a Unesp e a Unicamp.

Este estado de coisas, diretamente relacionado com a nossa luta na LDO-2007, ameaça o reajuste de 1,79%

em setembro. Deixamos claro aos técnicos do Cruesp que após a reunião técnica, já agendada para o dia 12/9/06, e independentemente da evolução do ICMS, o Fórum reivindicará reunião com os reitores para discutir reajuste salarial.

Durante a reunião com a Comissão Técnica, foi confirmada a instalação da Comissão de Isonomia das Universidades Estaduais para 17/8/06, às 14h30, na Reitoria da USP. Nesta primeira reunião serão elencados os temas a serem discutidos e sua priorização.

Já acertado anteriormente

com os reitores, esta Comissão deverá estudar e debater a carreira de funcionários e suas complementações salariais, as complementações salariais de docentes, o impacto destas complementações na folha e a questão das políticas de permanência estudantil na USP, Unesp e Unicamp.

A perspectiva inicial de trabalho proposta pelo Fórum das Seis é de estabelecer um diagnóstico dos temas, a partir do qual poderemos construir propostas e reivindicações concretas que propiciem uma maior unidade de políticas nas universidades estaduais.

**Em defesa da Universidade Pública e de condições dignas de vida e trabalho**  
**Compareça terça-feira, 15/8, a partir das 13h30, no plenário Tiradentes da Alesp**

# Ato Público contra massacre no Líbano e Palestina reúne centenas na entrada do anfiteatro Camargo Guarnieri

**G**arantido no improvável, mas não cancelado. Apesar de a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão haver retirado a autorização para uso do Anfiteatro Camargo Guarnieri, o Ato Público Contra o Massacre na Palestina e no Líbano foi realizado na tarde do dia 9/8 na entrada do prédio, com a presença de um público expressivo e da maioria dos oradores convidados. Cerca de 500 pessoas tiveram que se acomodar na rampa de acesso ao anfiteatro, ao passo que os convidados decidiam entre si quem faria uso das cadeiras de metal, insuficientes para os vários professores que fariam uso da palavra.

Integraram a mesa Zilda Iokoy, Mamede Mustafá Jarouche, Renato Queiroz, Leonel Itaussu, Armen Mamigonian e Aziz Ab'Saber, professores da FFLCH; Francisco Miraglia, professor do IME, representante da Adusp; Khaled Ghoubar, professor da FAU; Magno de Carvalho, representante do Sintusp; Frederico D'Ávila, representante do DCE; o deputado federal Ivan Valente (PSOL); e Dirceu Travassos, do Comitê de Solidariedade aos Povos Árabes.

O professor Osvaldo Coggiola, da FFLCH, coordenador do ato, relatou aos presentes que a desautorização do uso do anfiteatro havia chegado em ofício na noite anterior, com uma “desculpa qualquer”, mas que havia informações de pressões externas sobre a Reitoria. Coggiola qualificou a atitude da administração como um “atentado à autonomia universitária”. Para o professor, a reflexão sobre o que acontece no Oriente Médio se faz absolutamente obrigatória dentro da USP: “Este ato deveria ter sido convocado oficialmente pela universidade”.



Fotos: Daniel Garcia

**Público teve que assistir ao Ato do lado de fora do anfiteatro. Integrantes da mesa (abaixo) dirigiram críticas ao entrave imposto ao debate e à livre-expressão na USP**



A proibição do uso do anfiteatro foi comunicada a Coggiola pelo ofício PRCEU 269/2006, de 7 de agosto. Nesse documento o professor Sedi Hirano, pró-reitor de Cultura e Extensão, cancela o agendamento alegando que a autorização implica “compartilhar das responsabilidades de preservar a integridade física das pessoas e do patrimônio da Universidade ali alocado”.

## Desumanização

A crítica à indiferença da USP diante dos acontecimentos geopolíticos permeou todas as falas. No caso dos conflitos no Oriente Médio, essa indiferença seria ainda mais profunda, segundo o professor Jarouche, do Departamento de Letras Orientais. Ele aponta como exemplo dessa ignorância sistêmica a ausência de especialistas em história dos povos árabes, bem como em filosofia árabe, além da resistência em integrar as disciplinas de Árabe ao ciclo básico do curso de Letras. “É uma maneira de dizer ‘essa cultura não vale nada’; isso contribui com a desumanização do ‘outro’”, reiterou.

Se a maioria dos que falaram fez a distinção entre o povo judeu e o Estado israelense, as críticas ao segundo foram unânimes na condenação ao militarismo, ao apoio dos EUA, aos interesses das grandes corporações pelos recursos da região. “Terrorismo de Estado, não tem outro nome”, afirmou Ivan Valente, referindo-se à ofensiva de Israel contra os países vizinhos. “É preciso substituir a guerra pelo diálogo agora!”, clamou o professor Miraglia, após ler Manifesto pelos Direitos Sociais e pela Convivência Internacional Pacífica.

O professor Aziz Ab'Saber finalizou o ato com uma descrição minuciosa e emocionada das paisagens naturais do Líbano, lamentando a violência contra o país e a impossibilidade de dois povos “conviverem no campo das idéias”.

Representantes de entidades da sociedade civil presentes ao ato — Copal, Fearab, Apropuc e outras — receberam com surpresa a notícia da proibição de uso do anfiteatro. Pensavam ser a universidade pública um espaço de livre debate de idéias.

## Para isso, há falta de gatilho na Reitoria

A diretoria da Adusp enviou ofício à Reitoria, insistindo em que acelerar a execução da ação do Gatilho — ação esta já transitada em julgado. Na última reunião realizada com a Reitoria sobre o assunto, reivindicamos: 1) a criação de comissão para acertar a lista de beneficiários e para apurar as diferenças devidas ou pagas em atraso no ano de 1987; e 2) a discussão sobre o processo de incorporação aos vencimentos atuais do reajuste de 32,96% que consta da sentença do juiz.

Embora a tática da Reitoria pareça ser a procrastinação, continuaremos a insistir para que disponha-se a um diálogo efetivo e concreto acerca dessa questão.

## Atenção com a licença-prêmio!

Por uma decisão do Supremo Tribunal Federal, temos direito a receber em pecúnia as licenças-prêmio não gozadas e correspondentes ao período 1989-1999.

Por incrível que possa parecer, a Reitoria tenta produzir confusão, ao emitir um ofício descaído, que ameaça chefias de departamento.

Os colegas devem ficar em alerta: após 1999, licenças-prêmio devem ser gozadas dentro de certos prazos, que constam do ridículo ofício; mas aquelas a que têm direito antes de 1999 poderão ser transformadas em pecúnia — e, portanto, fica a critério de cada colega decidir como quer usufruir desse direito (em tempo ou em pecúnia equivalente).